



BOLETIM
ECONÔMICO
NUPE - UNIFOR

Vol. 1, N. 3, julho/2020 #3



Universidade
de Fortaleza



BOLETIM ECONÔMICO **NUPE - UNIFOR**

Vol. 1, N. 3, julho/2020 #3

Reitoria

Reitora Fátima Maria Fernandes Veras

Vice-reitoria de Graduação

Henrique Luis do Carmo e Sá

Profa. Danielle Coimbra

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e
Gestão - CCG UNIFOR

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Allisson Martins

Coordenador Curso de Economia UNIFOR / Núcleo de
Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Francisco Alberto Oliveira

Curso de Economia UNIFOR / Coordenador do Núcleo
de Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Maurício Rodrigues

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Nicolino Trompieri

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Ricardo Eleutério

Curso de Economia UNIFOR / Professor

EDIÇÃO

Prof. Wagner Borges

Curso de Jornalismo UNIFOR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aldeci Tomaz

Curso de Jornalismo UNIFOR



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza-Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, coloca a disposição da sociedade cearense a terceira edição do Boletim Econômico, publicação mensal que analisa os principais indicadores de desempenho da economia mundial, brasileira e, em especial, do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Nesta edição, na seção “opinião”, em comemoração ao centenário de nascimento, se vivo fosse, de um dos mais brilhantes economistas brasileiros, Celso Monteiro Furtado - Celso Furtado, o professor da Universidade de Fortaleza, José Sydrião de Alencar Júnior, Economista, Mestre em Economia e Doutor em Sociologia pela Universidade federal do Ceará - UFC, assina o artigo intitulado: Celso Furtado no Contexto do Debate entre Nacional Desenvolvimentistas e Liberais nos anos 1940 E 50. Nas seções seguintes, destaca-se nesta terceira edição: a apresentação e análise dos cenários econômicos nacional e internacional para os anos de 2020 e 2021; e as previsões elaboradas, com exclusividade, pelo Núcleo de Pesquisas Econômicas da Universidade de Fortaleza – NUPE. para o PIB do Estado do Ceará em 2020 e 2021, em três possíveis cenários: provável, otimista e pessimista, considerando os resultados das medidas de combate à Covid-19 adotadas pelo governo do Estado.

A OPINIÃO: CELSO FURTADO NO CONTEXTO DO DEBATE ENTRE NACIONAL DESENVOLVIMENTISTAS E LIBERAIS NOS ANOS 1940 E 50¹

José Sydriao de Alencar Júnior ²

A cisão entre dois campos opostos – os defensores da maior ou menor presença do estado na economia – está completando um século, se considerarmos as posições de vanguarda de Roberto Simonsen, grande defensor do processo de industrialização brasileiro, um dos fundadores da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), e autor de obras clássicas, como *História Econômica do Brasil*, que já anos 1920 defendia políticas de intervenção do estado em favor da indústria, na época contrária a posição dominante em defesa dos cafeicultores – favoráveis as políticas liberais, a qual tinha então como grande defensor Eugenio Gudín, engenheiro civil de formação e economista por adoção.

A ascensão de Getúlio Vargas em 1930 significará uma retração das ideias liberais até então hegemônicas. O contexto internacional da época será determinante para o apoio a uma maior intervenção do estado na economia. A crise de 1929 e suas consequências com deflação, depressão e desemprego em escala global e a falência do padrão ouro com sérias consequências no comércio internacional. O fracasso do princípio de auto regulação dos mercados e tendência para o equilíbrio mostrou os limites do “laissez faire”.

A aplicação de política anticíclica não é imediata. Apenas em 1933 inicia-se o “New Deal”, a intervenção adotada pelo Governo Roosevelt nos EUA. Em 1936 é publicado a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de Keynes que fórmula princípios revolucionários no campo da Teoria Econômica questionando seriamente a ortodoxia econômica vigente. O governo Vargas se antecipa as propostas keynesianas ao modificar as políticas de defesa do café, como também alterar as estruturas do estado brasileiro criando instrumentos de intervenção nos diversos segmentos da economia e viabiliza os principais fundamentos do modelo de substituição de importações.

Ao final da segunda guerra mundial o estado brasileiro tem uma configuração bem diferente de 1930. Em 1945 Vargas é deposto e o período que se segue com a eleição do General Dutra é acompanhado por alterações na política interna, isto influenciado pelo contexto internacional do “pós 1945” com o início da “Guerra Fria” entre as duas superpotências EUA e União Soviética. A retomada das ideias liberais como política de governo indica o alinhamento aos Estados Unidos e uma forma de se contrapor as propostas de planejamento e intervenção do estado tidas como alinhadas as ideias socialistas propostas pela URSS.

No novo arranjo de forças na política brasileira significará uma hegemonia das ideias liberais dentro do Governo Dutra, tendo no campo da economia os líderes intelectuais Eugenio Gudín e Roberto Campos que se conectam as políticas econômicas americanas formalizada na criação da Comissão Brasil-Estados Unidos. A Comissão propõe uma série de medidas de cooperação, especialmente nas áreas de infraestrutura. com os EUA com o Banco Mundial e Import-Export Bank americano, grandes operadores do Plano Marshall na reconstrução europeia.

Dentre as mudanças do pós-guerra é importante destacar a criação da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe em 1948, como uma agência da ONU e com sede no Chile. Seu primeiro dirigente foi Raul Prebisch, ex-Presidente do Banco Central Argentino. A CEPAL recruta um grupo de economistas de vários países com posicionamentos mais próximos das formulações keynesianas e posicionamentos teóricos distantes da ortodoxia, desenvolvendo conceitos interessantes sobre a realidade latino-americana como a questão centro-periferia uma das principais causas do subdesenvolvimento da região, em contraposição a posição da ortodoxia que diagnosticava como

¹ Texto de opinião elaborado pelo autor a partir da fonte: Furtado, Celso. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

² Economista, Mestre em Economia e Doutor em Sociologia pela Universidade federal do Ceará – UFC. Professor da Universidade de Fortaleza (Unifor).

apenas uma etapa do processo de desenvolvimento. Os estudos e propostas desenvolvidas nos anos seguintes formaria a chamada “Escola da CEPAL”. Celso Furtado é um dos mais destacados participantes deste grupo inicial da CEPAL.

Esta rápida visão do contexto econômico entre os anos trinta e 1950 é importante para avaliarmos o papel de destaque de Celso Furtado tanto no debate teórico como também na formulação de políticas econômicas. Furtado, nascido em 1920 em Pombal, no semi-árido paraibano, estuda em João Pessoa e Recife, e presta exames em 1939 para o curso de Direito no Rio de Janeiro, em 1944 é convocado pela FEB – Força Expedicionária Brasileira e embarca para Itália. Volta ao Brasil em 1945, mas em 1946 retorna a França e conclui o Doutorado em 1948 e a seguir Prebisch o convida para compor os quadros técnicos da CEPAL no Chile.

Em reunião de Roberto Campos, então integrante do Governo Dutra, com Prebisch na CEPAL, fica acertada a criação de uma comissão CEPAL-Brasil destinada a estudar a realidade brasileira, este instrumento se tornará um dos fundamentos da criação do BNDES, como informa o próprio Furtado no seu livro autobiográfico “A Fantasia Organizada”. Celso Furtado retorna ao Brasil e se insere no início do segundo Governo Vargas.

A volta ao país significará para Celso Furtado uma inserção efetiva no debate acirrado existente no Brasil, de um lado os nacional-desenvolvimentistas com alinhamentos a esquerda, de Hélio Jaguaribe, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck, a Assessoria Econômica do Governo Vargas liderada por Rômulo de Almeida e de outro os conservadores-liberais com Roberto Campos, Eugênio Gudín e o braço político liderado pela UDN (União Democrática Nacional).

É interessante mostrar a primeira polêmica que envolveu diretamente o nome de Celso Furtado dizia respeito a um tema por demais importante para escola cepalina, os nacional-desenvolvimentistas e a esquerda que era o “Planejamento”. A polêmica foi iniciada na Conferência da CEPAL ocorrida em maio de 1953, em Petrópolis, a partir de um trabalho da equipe da CEPAL cujo título era “Estudo Preliminar sobre a Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico”, segundo Furtado de natureza “defensiva”. Gudín acusou o estudo como de inspiração soviética que estava influenciando os destinos do governo Vargas.

Para Eugênio Gudín um dos principais opositores da CEPAL e alinhado as ideias conservadoras da UDN, “a função social dos economistas não é fabricar modelos para o progresso econômico do país” e que “simplesmente não acreditava em desenvolvimento como ação deliberada do Estado, mas o desenvolvimento surge naturalmente quando as forças do mercado se liberam das ataduras criadas pelo Estado”. Para Furtado, Gudín “em sua linguagem jornalística, afirmava muito sem provar nada e ainda apelava, ocasionalmente, para a invectiva”.

Octavio Gouveia de Bulhões outro destacado membro do grupo de Gudín e futuro Ministro da Fazenda do primeiro governo militar em 1964, fez ataques as propostas da CEPAL acusando o planejamento como uma das principais causas da inflação ao distorcer as “livres forças de mercado”. Deve-se atentar que os “liberais” ainda guardavam relação com o determinismo geográfico prevalecente na última metade do século XIX que relacionava o desenvolvimento dos países ao clima, melhores e solos e conjugada com outra de fundo racista que associava o nosso atraso a “mestiçagem” do povo brasileiro.

Furtado refutou aos argumentos dos “liberais” ao indicar que as “causas do nosso atraso tinham raízes históricas, podendo ser removidas pela sociedade. As circunstâncias em que se dão as mudanças que conduzem ao desenvolvimento, no curso da história, nem sempre são fáceis de perceber, menos ainda pelos contemporâneos”.

É importante destacar que a depressão dos anos trinta fez o governo Vargas alterar diversos óbices ao desenvolvimento e a quebra da dependência de commodities. Furtado cita em seu trabalho clássico “Formação Econômica do Brasil”, a necessidade de manobrar o câmbio para favorecer o setor cafeeiro, os pesados encargos para o Tesouro Federal das políticas de defesa do café, e o conseqüente estrangulamento de divisas. As mudanças promovidas no primeiro e segundo governos Vargas de forma deliberada ou não foram fundamentos importantes para o processo de industrialização nas décadas seguintes.

A polêmica de Celso Furtado e os “liberais” teve impactos no decorrer da sua trajetória como pensador, pois influenciou obras clássicas, como “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” e “Análise do Modelo Brasileiro” e a sua atuação como formulador de políticas como exemplo, o documento do “GTDN – Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste” que serviu de fundamento para criação da SUDENE.

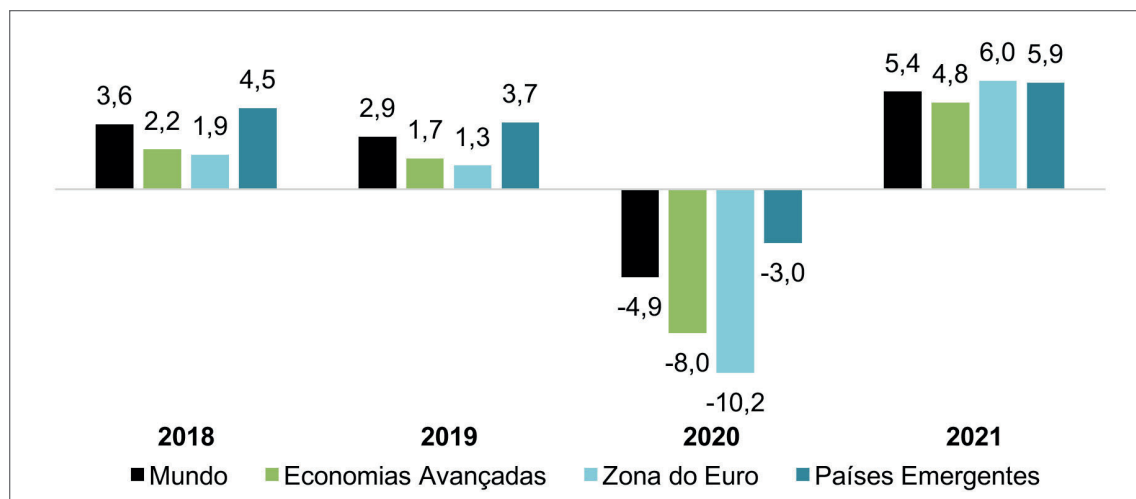
1. CENÁRIO MUNDIAL

A complexidade da crise sanitária provocada pela Covid-19, o clima de incerteza quanto ao prolongamento dessa crise, aliado ao crescente custo econômico associado, impactam, cada vez com mais intensidade, na deterioração das expectativas de crescimento econômico e das condições financeiras da economia global.

Segundo as previsões do FMI, o PIB mundial apresenta uma retração de 4,9% em 2020 (Gráfico 1), com queda mais intensa do PIB, para a Zona do Euro (-10,2%), acompanhada pelo grupo das Economias Avançadas (-8,0%). O impacto será relativamente menor no grupo das Economias Emergentes (-3,0%), em grande medida amortecido pela performance da China (2ª. maior economia do mundo), com previsão de crescimento de 1,0%.

Não há dúvida, que quanto mais profunda for a retração em 2020, maiores serão os efeitos na economia global no longo prazo. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, dias antes da publicação do FMI, projetou recuo de 7% da economia mundial, caso a segunda onda do surto não seja evitada. Para o ano de 2021, o FMI projeta uma retomada de crescimento do PIB mundial em 5,4%, em função da elevação do nível de atividade econômica nas Economias Avançadas (+4,8%), Zona do Euro (+6,0) e Economias Emergentes (+5,9%). Nas relações internacionais pós-pandemia, destacam-se como possíveis ameaças para a economia brasileira: a) Recrudescimento da disputa comercial entre EUA e China (os dois maiores parceiros comerciais do Brasil); b) Divergências ideológicas, econômicas e geopolíticas, com a Argentina (3º. Maior parceiro comercial do Brasil).

Gráfico 1 - Variação do PIB Real (%) – Mundo e Regiões Selecionadas – 2018 a 2021.



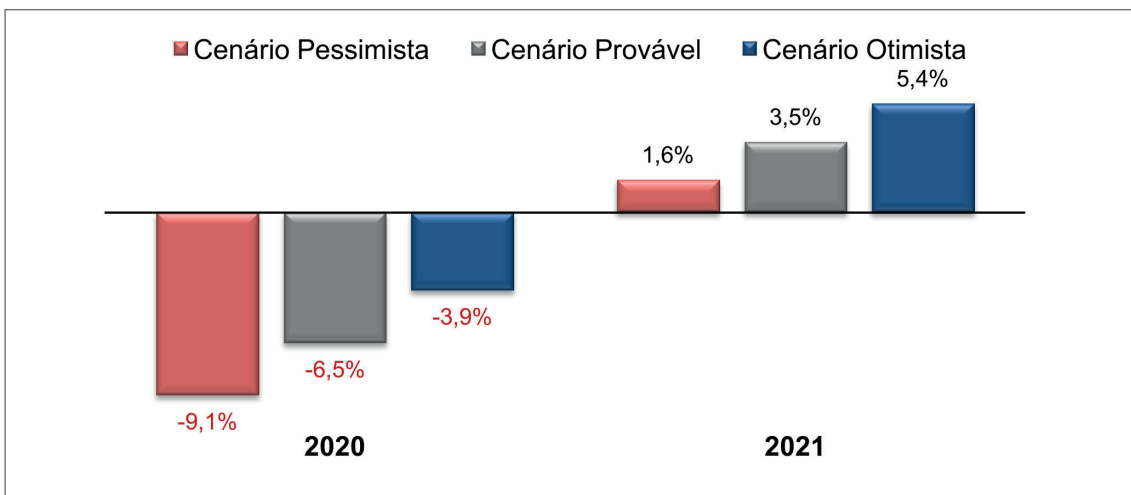
Fonte: Fonte: FMI. World Economic Outlook Update Jun (2020).

2. CENÁRIO NACIONAL

Pela conjugação da perda de dinamismo já observada no primeiro trimestre do ano, com os efeitos da pandemia da Covid-19, todos os cenários para 2020 apontam para uma forte queda no PIB do Brasil, até mesmo no cenário mais otimista, onde é prevista queda de -3,9%, quando comparado ao ano anterior (Gráfico 2). No cenário mais provável, a baixa no PIB é esperada em -6,5%, para o mesmo período. Entretanto, no cenário mais pessimista, essa queda pode ser mais drástica, atingindo retração de -9,1%.

Para 2021, espera-se uma retomada do crescimento, quando mesmo no pior cenário, o PIB crescerá 1,6%, taxa superior à média observada no período 2017/2019. O mais provável é que a economia brasileira comece a se recuperar e apresente crescimento de 3,5%, podendo atingir alta de até 5,4%, num cenário otimista.

Gráfico 2 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) – Brasil – 2020 a 2021.

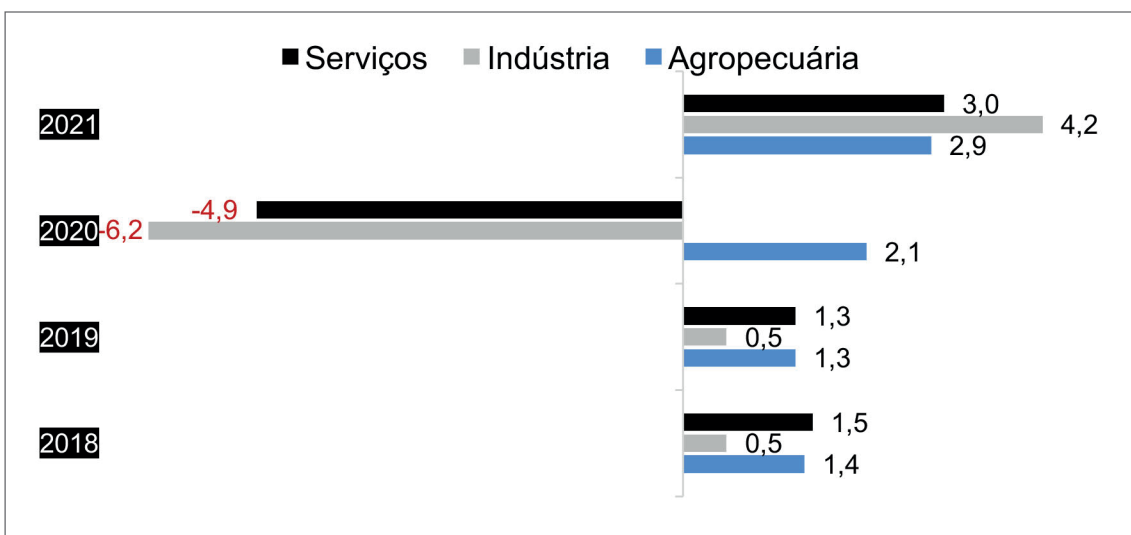


Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado.

Em relação ao comportamento dos setores econômicos que compõe o PIB do Brasil, as variações percentuais do PIB Real Setorial em 2018 e 2019 foram quase idênticas (Gráfico 3). Em 2018, o setor de serviços obteve um crescimento de 1,5%, seguidos dos setores da agropecuária (+1,4%) e a indústria (+0,5%). Em 2019, o setor de serviços cresceu 1,3%, seguidos da agropecuária (+1,3%) e a indústria (+0,5%).

Em 2020, somente o setor agropecuário, que responde por apenas 4,4% do PIB brasileiro, apresenta perspectivas de crescimento (+2,1%). Já os setores com maior peso na composição do PIB, serviços (63,3%) e indústria (17,9%) têm previsões de retrações muito fortes (-4,9% e -6,2%, respectivamente), o que explica as previsões de queda drástica no PIB do país. Por outro lado, segundo as previsões, seriam justamente a indústria e os serviços que liderariam a retomada do crescimento da economia brasileira a partir de 2021.

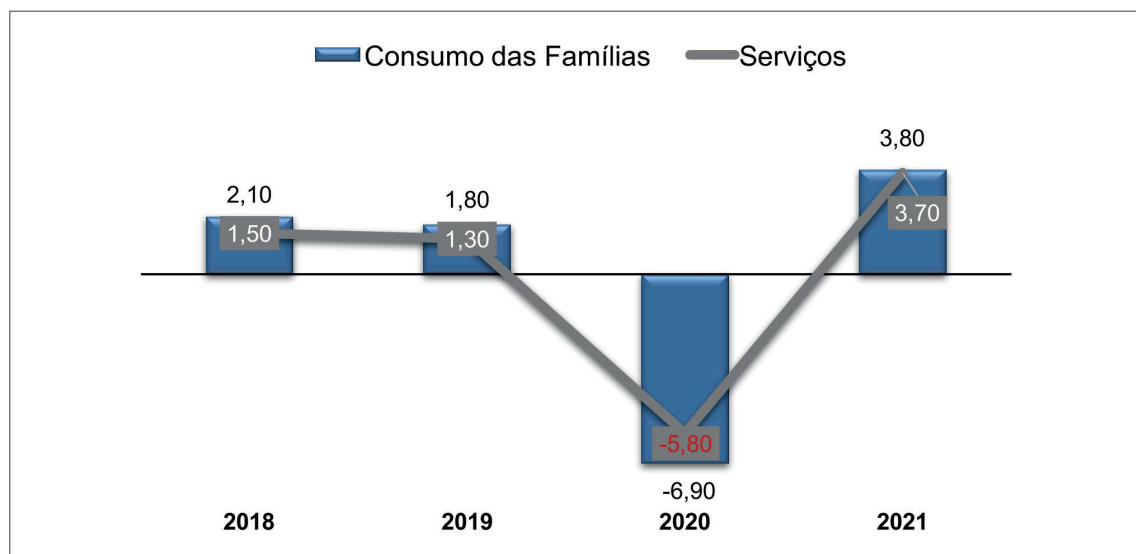
Gráfico 3 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) – 2018 a 2021.



Fonte: IBGE (2020) e Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado (2020)
Nota: 2020 e 2021 (Dados estimados).

Observa-se que há uma intrínseca ligação entre o desempenho do setor de serviços (63% do PIB na ótica da oferta) e o comportamento do consumo das famílias (65% do PIB na ótica da demanda). Em 2020, as fortes retrações esperadas para essas duas variáveis são determinantes para a magnitude do tombo previsto para o PIB brasileiro, onde a previsão para o setor de serviços é de uma queda de 5,8%, enquanto para o consumo das famílias é de uma retração de 6,9% (Gráfico 4). Da mesma forma, a dinâmica do consumo das famílias e do setor de serviços será crucial para a retomada econômica prevista para 2021.

Gráfico 4 - Setor de Serviços e Consumo das Famílias (%) – 2018 a 2021.

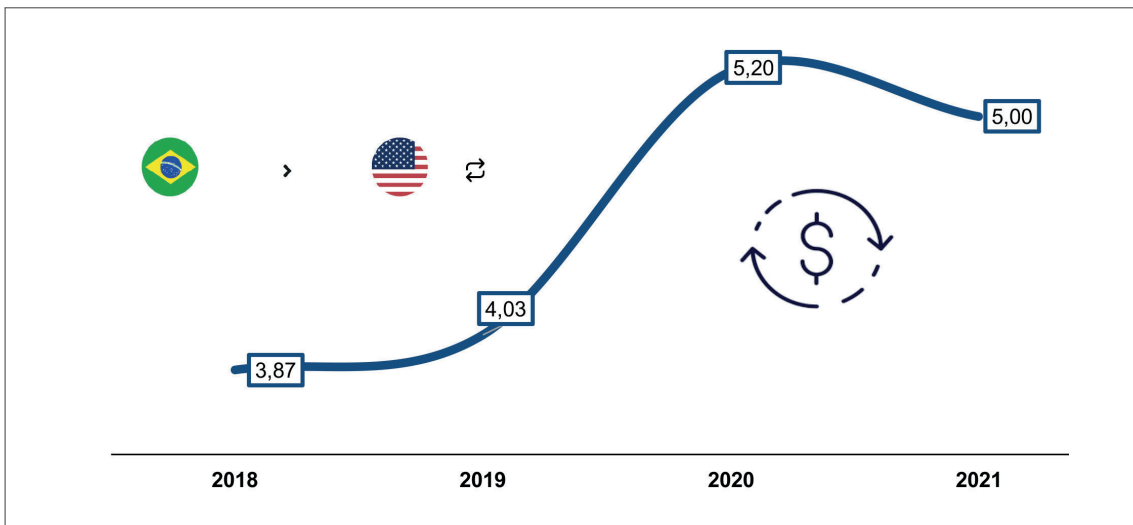


Fonte: IBGE (2020). demais anos, projeções da meta SELIC Relatório Focus (Bacen).

Em relação ao comportamento da taxa de câmbio (Gráfico 5), sabe-se que esta é uma variável muito volátil no curto prazo. Enquanto em 2019 a desvalorização do real frente ao dólar foi de 4,15%, a expectativa de elevação da taxa de câmbio em 2020 é da ordem de 29%. Para 2021, projeta-se uma valorização da moeda nacional frente ao dólar de 3,85%.

A flutuação cambial é decorrente da variação dos fluxos de capitais financeiros e produtivos externos, dos resultados das contas externas (balança comercial e transações correntes) e dos eventos econômicos e políticos. O comportamento recente do câmbio, de desvalorização do real em relação ao dólar, vem favorecendo as exportações brasileiras, ainda que os efeitos da pandemia da Covid-19 afetem as exportações na direção contrária. Para 2020, segundo o relatório Focus/Bacen, projeta-se um saldo da balança comercial brasileira de US\$ 55,14 bilhões, representando um crescimento nominal de 15% em relação ao ano de 2019. Já para o ano de 2021, a projeção é de US\$ 53,40 bilhões, representando uma queda nominal de 3,17% em relação ao ano de 2020.

Gráfico 5 - Taxa de Câmbio (fim de período) – 2018 a 2021.

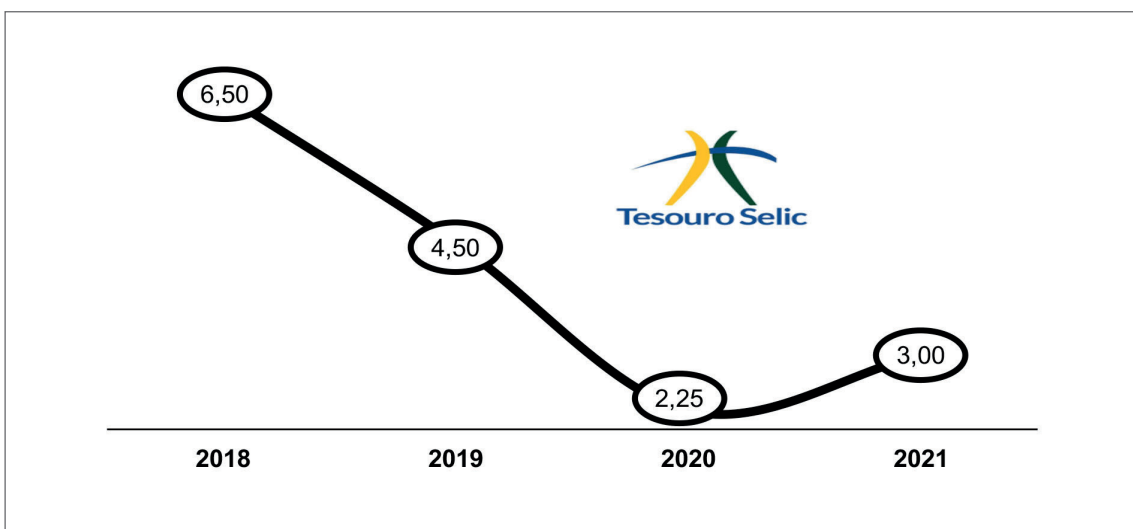


Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado

Dando continuidade à política de cortes na taxa básica de juros iniciada em outubro 2016 (Gráfico 6), o Banco Central cortou a Selic recentemente, atingindo a menor taxa da história. Em 2020, a redução foi intensificada e deve registrar 2,25% até o final do ano. Para 2021, a expectativa é de uma inflexão da taxa de juros, mas de forma gradual, em que se espera encerrar o próximo ano em 3,0%.

Os cortes na Selic foram possíveis devido à conjugação de desaceleração inflacionária e baixo crescimento econômico. Entretanto, o Indicador de Custo de Crédito (ICC), média do custo de toda a carteira do sistema financeiro, permaneceu elevado: ano de 2018 em 20,5% a.a. e em 2019 atingiu 20,3% a.a.

Gráfico 6 - Taxa Selic – Meta – Fim de Período (% a.a.) – 2018 a 2021.

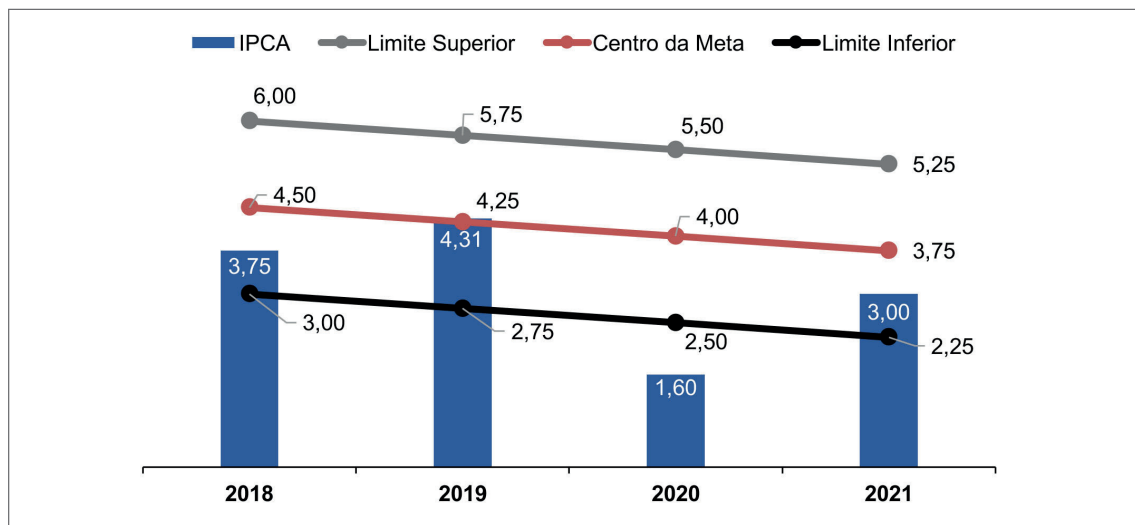


Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado.

Para o período considerado, 2018-2021, a inflação e a metas são decrescentes (Gráfico 7). O atingimento das metas inflacionárias tem sido muito importante para a credibilidade das políticas econômicas. As baixas taxas de inflação traduzem, a um só tempo, a eficácia da política monetária (sistema de metas para a inflação) e o baixo ritmo de crescimento da economia.

O nível reduzido de inflação permite um melhor planejamento financeiro de médio e longo prazos dos agentes econômicos.

Gráfico 7 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias – 2018 a 2021.

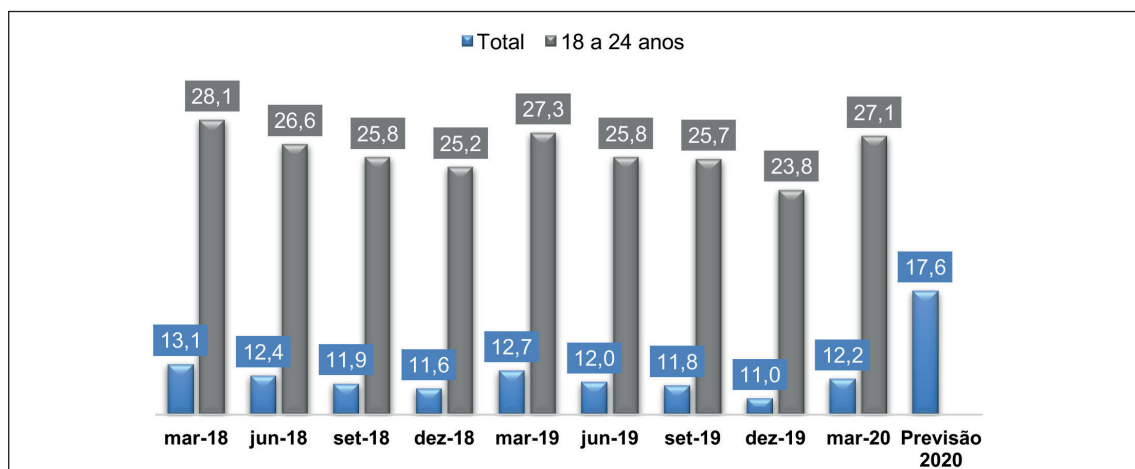


Fonte: IBGE (2020). demais anos, projeções da meta selic Relatório Focus (Bacen)

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, para o Brasil, comparando março de 2020 com o mesmo período do ano anterior, nota-se que a taxa de desemprego total (12,2%) é menor do que em 2019, que apresentava uma taxa de 12,7% (Gráfico 8).

Ademais, também é importante ressaltar, que apesar das medidas tomadas contra a pandemia da Covid-19, houve uma queda ao longo desse período, já que em março de 2018 a taxa era de 13,1%. Todavia, se comparado a dezembro de 2019, observa-se o impacto da pandemia neste índice, tendo em vista que o mesmo era 11%. Em contrapartida, a previsão para 2020 da taxa de desemprego total é de aumento contínuo até atingir o valor da taxa em 17,6% ao final do ano de 2020. Além disso, a taxa de desemprego entre 18 a 24 anos em março de 2020 (27,1%), comparado a um ano atrás, em março de 2019 (27,3%), sofreu uma pequena redução, contudo, ao comparar com dezembro de 2019 (23,8%), nota-se o aumento desta taxa. A reversão do desemprego em 2021, deverá ser lenta e gradual.

Gráfico 8 - Brasil: Taxa de Desemprego – 2018 a 2020.



Fonte: IBGE-PNAD (2020). Previsão: IBRE/FGV (2020).

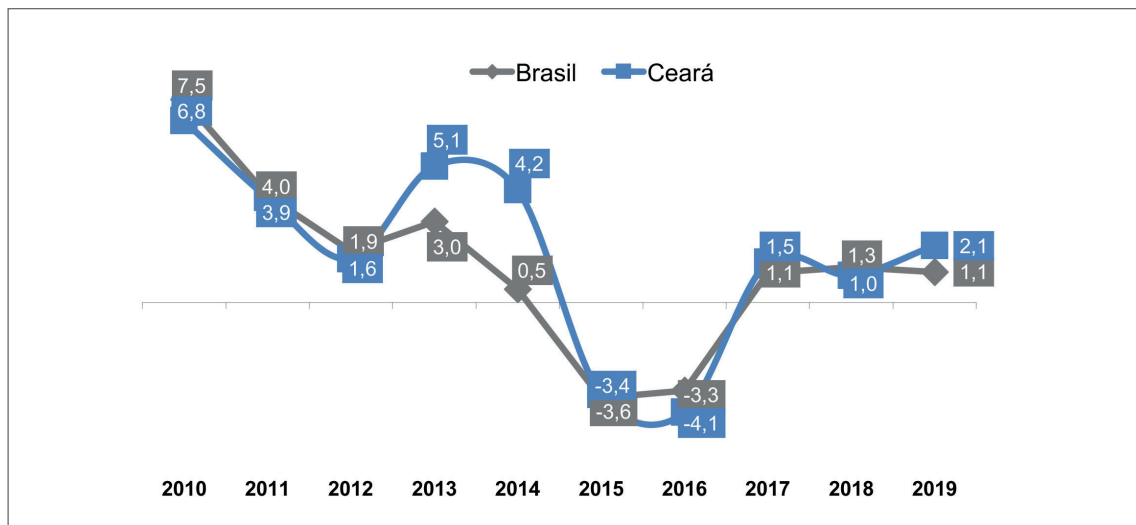
3. CENÁRIO LOCAL

Como observado no Gráfico 9, fica evidente que o Ceará acompanhou a trajetória de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do País, com destaque para o desempenho da economia cearense nos anos 2013 e 2014, em que o crescimento do PIB cearense foi significativamente superior ao do PIB do Brasil.

Nos anos 2015 e 2016 é possível constatar claramente o período da crise macrocômica. Políticas econômicas expansionistas foram intensificadas diante da crise financeira mundial, ocorrida a partir do final de 2008, como forma de tentar estabilizar a economia brasileira. O foco dessas políticas era o aumento dos gastos e subsídios, entretanto, as consequências dessas políticas aplicadas no médio prazo foram um aumento do endividamento das famílias e da dívida pública. Ainda em 2014, segundo o Banco Central do Brasil, a taxa de juros SELIC chegou a 11,75%, tendo um impacto negativo enorme para empresas e consumidores.

Após a crise macroeconômica no período 2015 e 2016, o período 2017-2019 é marcado pelo processo de retomada do crescimento econômico, onde o Ceará apresentou um desempenho acima do Brasil, com exceção do ano de 2018, no qual a os efeitos negativos da greve nacional dos caminhoneiros afetou com mais intensidade a economia cearense. No ano de 2019, a economia cearense apresentou um desempenho consideravelmente acima do desempenho nacional, 2,1%, contra 1,1% de crescimento do PIB do Brasil, sendo explicado pelo desempenho de atividades do setor da indústria cearense, como indústria de transformação, construção civil, com destaque para a atividade industrial de produção de energia, que apresentou um forte crescimento em decorrência do acionamento das usinas termoeletrônicas cearenses, determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Gráfico 9 - PIB do Brasil e Ceará – 2010 a 2019.



Fonte: IBGE e IPECE (2020).

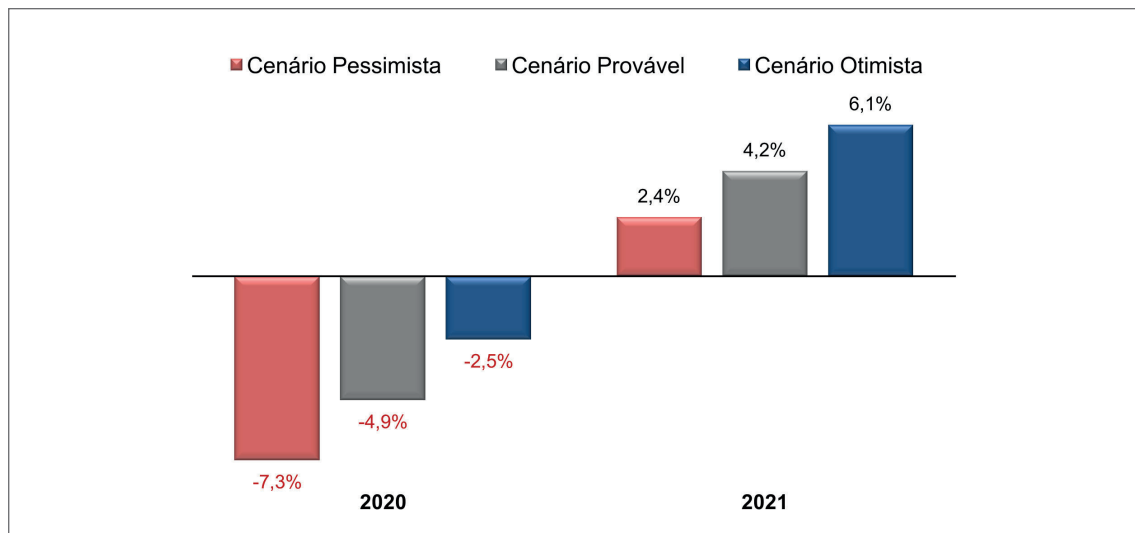
No período recente de 2020 já é possível captar os efeitos negativos, em termos de PIB, nas economias cearense e brasileira em decorrência da pandemia da Covid-19, dada a queda de 0,45% no PIB do Ceará, no primeiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre de 2019, e de um retração de 0,3% no PIB do Brasil, para o mesmo período de análise.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará nos últimos anos, e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como o comportamento destas variáveis no primeiro trimestre de 2020, o NUPE elaborou previsões para o PIB cearense em 2020 e 2021, em três possíveis cenários (Gráfico 10). Em razão das medidas de combate à Covid-19, num cenário mais provável, a previsão do PIB do Ceará para o ano de 2020 é de uma retração de 4,9%, sendo um nível menor do que a economia nacional

para o mesmo cenário (-6,5%), dado que o processo de reabertura da economia cearense está ocorrendo de forma gradual e responsável. Mesmo no cenário mais otimista a previsão ainda é de uma variação negativa (-2,5%). Já no cenário mais pessimista, a previsão é de uma forte retração (-7,3%).

Para o ano de 2021, há uma previsão de retomada do crescimento da economia cearense, comportamento explicado, em grande parte pelo equilíbrio fiscal das contas públicas do Estado, no qual irá permitir o aumento dos investimentos públicos estruturantes. No cenário provável, a expectativa é de crescimento em de 4,2%, no cenário mais pessimista, um crescimento de 2,4%, mas ainda assim positivo, e finalmente, para o cenário otimista, é esperado uma alta de 6,1%, que ajudará, em grande parte, a recuperação das perdas econômicas sofridas no ano de 2020.

Gráfico 10- Cenários Para a Variação do PIB Real – Ceará – 2020 a 2021.



Fonte: IPECE e NUPE (2020).

Autores:

Alysson Inácio de Oliveira
Catherine dos Santos Rodrigues
Fabio Mesquita Torres
Halina Lima Batista de Sousa
Mateus Pereira de Almeida
Max William Oliveira da Veiga Pessoa
Pedro Costa de Castro Ivo



**Universidade
de Fortaleza**

